



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
Av. Mato Grosso - Bloco 13, - Bairro Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79031-902
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.tjms.jus.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00030111-16.2025.8.12.9161

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1. Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação:

1.1 Empenho estimativo para aquisição e aplicação da quantidade estimada de 4.000 (quatro mil) doses de vacina contra a gripe (influenza), CEPA 2026, mediante contratação de pessoa jurídica habilitada na prestação do referido serviço, em atendimento à Campanha de Vacinação Antigripal 2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.1.1 Quantidade estimada: 4.000 (quatro mil) doses, sendo: 3.000 doses para o 1º Grau e 1.000 doses para o Apoio;

1.1.2 A vacina deverá ser preferencialmente fabricada com vírus inativo, adequada para uso adulto, contida em seringa/monodose, com prazo de validade para o ano de 2026; Cada dose deverá conter, obrigatoriamente, as cepas recomendadas para a vacina quadrivalente 2025, conforme o disposto no artigo 2º, Anexo I, item I, I.1 e I.2 da Instrução Normativa Anvisa - IN nº 408, de 24 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2025, sendo:

1.1.2.1 Um vírus similar ao vírus influenza A/Missouri/11/25 (H1N1) pdm09;

1.1.2.2 Um vírus similar ao vírus influenza A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2);

1.1.2.3 Um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021(B/linhagem/Victoria);

1.1.2.4 Um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013(B/linhagemYamagata).

1.2 Apresentação: solução injetável;

1.3 Embalagem: cartucho com seringa preenchida, contendo uma dose de 0,5 ml.

1.4 Prazo do contrato: o prazo do contrato deverá coincidir com o fornecimento e a aplicação das vacinas, ou até o período de validade da CEPA 2026 - 31/12/2026.

2 Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas:

A fundamentação da contratação consta do Estudo Técnico Preliminar.

3 Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto:

3.1 A apresentação da vacina deverá atender as recomendações e exigências da legislação vigente da ANVISA e da Norma Regulamentadora nº 32, aprovada pela Portaria MTE nº 485, de 11 de novembro de 2005, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2005; Portaria nº 939, de 18 de novembro de 2008, complementando e estabelecendo prazos para a

implementação das solicitações/alterações da NR 32, referente ao uso de dispositivo de segurança individual; Portaria MTE nº 1.748, de 30 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 31.08.2011, que institui o “Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes” e altera a NR 32, que trata da segurança e saúde no trabalho em estabelecimento de saúde;

3.2 É de responsabilidade da empresa CONTRATADA executar o serviço de aplicação de vacinas por profissionais legalmente habilitados, que deverá ser realizado nas dependências do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, nos endereços especificados no Anexo I, no horário compreendido entre as 12 e as 18 horas;

3.3 É de responsabilidade da empresa CONTRATADA elaborar o cronograma e a rota de aplicação das vacinas, conforme as localidades apresentadas no Anexo I, desconsiderando os feriados nacionais, municipais e pontos facultativos a ser divulgados em Portaria e publicada no Diário da Justiça e que será entregue a CONTRATADA para a elaboração do cronograma. Na hipótese de publicação de portarias suspendendo o expediente ou decretando feriados/pontos facultativos, caberá à CONTRATADA desconsiderar essas datas e revisar a rota pré-estabelecida, de modo que a aplicação das doses ocorra sempre em dias de expediente;

3.4 A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma e a rota de vacinação ao Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato;

3.5 A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às datas e horários previamente estabelecidos e acordados entre as partes;

3.6 A vacinação dos juízes e desembargadores lotados no Fórum da Comarca de Campo Grande, no Centro Integrado de Justiça (Cijus) e na Secretaria do Tribunal de Justiça deverá ocorrer nos respectivos Gabinetes, nos horários estabelecidos pelos magistrados, podendo compreender o período das 08 às 18 horas;

3.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar, para as vacinações que ocorrerem nos prédios do Centro Integrado de Justiça (Cijus), do Fórum da comarca de Campo Grande e da Secretaria do Tribunal de Justiça de MS, equipe composta por, no mínimo, 04 (quatro) pessoas, sendo: 01 (um) volante para os gabinetes de juízes e desembargadores; 01 (um) funcionário para o preenchimento dos cartões de vacinação e 02 (dois) aplicadores das doses da vacina. Nos demais prédios do Judiciário e nas comarcas do interior do Estado, a equipe deverá estar composta por, no mínimo, 03 (três) pessoas, sendo: 02 (dois) aplicadores e 01 (um) funcionário para o preenchimento dos cartões de vacinação;

3.8 O início da vacinação deverá ocorrer, preferencialmente, até a primeira quinzena do mês de abril/2026, com término programado para até o final do mês de maio/2026, correspondendo, assim, ao período estabelecido pelo Ministério da Saúde. Na hipótese de doses remanescentes, o prazo de aplicação poderá ser prorrogado enquanto durarem os estoques, ou findo o prazo de validade das vacinas ou contrato;

3.9 A CONTRATADA deverá efetuar a troca dos produtos que não atenderem as especificações do objeto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da solicitação;

3.10 É vedada a subcontratação ou terceirização integral ou parcial do

objeto licitado;

3.11 É vedado o aproveitamento dos dias, horários e locais de vacinação estabelecidos no cronograma de atendimento do Poder Judiciário de MS para a vacinação de outras empresas, órgãos, sindicatos e pessoas que não possuam vínculo funcional com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

4 Requisitos da contratação:

4.1 Apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução de objeto semelhante, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o desta licitação. Deverá constar do(s) atestado(s) de fornecimento e aplicação de vacinas de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do total solicitado;

4.2 A comprovação referente ao item 4.1 poderá ser através de um ou mais atestados, devendo ser respeitado o quantitativo mínimo exigido;

4.2.1 O atestado deverá ser emitido em papel timbrado, com endereço, telefone e número do CNPJ do emitente, constando a identificação do assinante e o respectivo cargo;

4.3 Apresentação de Licença Sanitária expedida pela Secretaria Municipal de Saúde Pública ou outra equivalente do Estado a ser realizada a vacinação;

4.4 Apresentação de Termo de Responsabilidade Técnica, emitido pelo médico(a) Responsável Técnico ou enfermeiro(a) Responsável Técnico do estabelecimento, acompanhado da cópia de sua cédula de identidade, expedida pelo Conselho Regional de Medicina-CRM ou Conselho Regional de Enfermagem-COREN;

4.5 Comprovante de autorização para Vacinação Extramuro vigente, atendendo aos critérios da preservação da Rede de Frio do produto na logística e transporte de acordo com as normatizações do Ministério da Saúde;

4.6 Comprovação de inscrição/associação, junto ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde);

4.7 Não será permitida a formação de consórcios. A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto em que, empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, em especial a aspectos técnicos, o que não se aplica ao presente caso.

4.8 Em observância ao Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá proceder à coleta dos resíduos oriundos da contratação, sendo responsável pela sua destinação final ambientalmente adequada, observando a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, bem como a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº

7.404/2010, e a RDC/Anvisa nº 222/2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

4.9 Dispor de meios para armazenamento das vacinas que estejam em conformidade com as normas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde, bem como com as especificações do fabricante, de forma a garantir sua perfeita conservação.

4.10 Responsabilizar-se pelo armazenamento, conservação, transporte, aplicação e descarte das vacinas.

4.11 A coleta dos resíduos gerados durante a Campanha de Vacinação 2026, bem como dos perfuro cortantes deverão ser devidamente descartados em caixas coletoras de perfuro cortantes (Descarpack), sob a responsabilidade da Contratada.

4.12 Desta forma, a coleta especializada contribui significativamente para a saúde pública e a salubridade ambiental, não havendo impactos ambientais decorrente da contratação, uma vez que todo o resíduo gerado na durante a Campanha de Vacinação 2026, é descartado dentro do rigor da legislação, conforme responsabilidade da Contratada.

5 Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento:

5.1 Obrigações da Contratada:

5.1.1 Além das obrigações legais e dos requisitos de contratação elencados no item 4, a CONTRATADA deverá:

5.1.1.1 Apresentar, quando da assinatura do contrato, a relação nominal da equipe de profissionais escalada para a realização do serviço de imunização, com os respectivos comprovantes de registro no Conselho de Classe Profissional, bem como a apresentação do Contrato de Trabalho ou da Carteira de Trabalho, para fins de comprovação do vínculo empregatício com a CONTRATADA.

5.1.1.2 Apresentar, quando da elaboração do cronograma e rotas de vacinação, a relação nominal dos profissionais escalados para a aplicação das vacinas nos locais determinados no Anexo I, juntamente com o número dos respectivos telefones celulares;

5.1.1.3 Responsabilizar-se pelo armazenamento, conservação, transporte e aplicação das vacinas, bem como pela emissão dos cartões de vacinação;

5.1.1.4 Garantir o transporte do quantitativo previsto de doses de vacina em todos os locais de aplicação, especialmente nas comarcas do interior do Estado;

5.1.1.5 Seguir todas as exigências contidas na Portaria Conjunta

Anvisa/Funasa nº 01, de 02/08/2000, que estabeleceu os requisitos e exigências para o funcionamento, licenciamento, fiscalização e controle dos estabelecimentos de saúde que realizam vacinação para prevenção de doenças imunopreveníveis;

5.1.1.6 Dispor de meios para armazenamento das vacinas que estejam em conformidade com as normas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde, bem como com as especificações do fabricante, de forma a garantir sua perfeita conservação;

5.1.1.7 Dispor de equipamento para controle de temperatura do medicamento, localizada na região em que pretende prestar o serviço, ou, consiga comprovar a capacidade de armazenamento e transporte das vacinas para o atendimento na região da qual pretende prestar o serviço, sem o prejuízo algum no atendimento e qualidade, conforme padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

5.1.1.8 Manter prontuário individual com registro de todas as vacinas aplicadas no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul;

5.1.1.9 Registrar todas as vacinas aplicadas em cartão próprio a ser entregue ao usuário, obedecendo ao modelo do Ministério da Saúde, devendo constar o número da licença sanitária e o lote de fabricação da vacina aplicada;

5.1.1.10 Comunicar a este Tribunal de Justiça, dentro do prazo de 02 (dois) dias após a verificação, casos fortuitos ou de força maior que, eventualmente, possam prejudicar o adimplemento de suas obrigações, apresentando documentos comprobatórios;

5.1.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento dos termos estabelecidos em contrato, não transferindo total ou parcialmente o seu objeto;

5.1.1.12 Responsabilizar-se pela manutenção de quadro de pessoal suficiente para o atendimento em questão, portando documento de identificação e munido de equipamentos adequados para o manuseio e aplicação das doses, conforme previsto em contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados;

5.1.1.13 Os profissionais disponibilizados para a execução do serviço não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais;

5.1.1.14 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho da CONTRATANTE;

5.1.1.15 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender prontamente a todas as reclamações pertinentes que, porventura, surgirem durante a vigência do contrato;

5.1.1.16 Encaminhar à Secretaria de Gestão de Pessoas, ao final da vacinação em cada unidade, relatório contendo: local, data e assinatura do servidor responsável pelo acompanhamento da vacinação na comarca (Secretário de Direção do Foro ou Diretor do Departamento de Administração), acompanhada da assinatura do profissional

encarregado por executar a vacinação naquele local;

5.2 Obrigações da Contratante:

5.2.1 Além das obrigações legais, a CONTRATANTE deverá:

5.2.1.1 Designar, em cada comarca do Estado de MS, o responsável pela recepção da empresa vacinadora e acompanhamento da vacinação;

5.2.1.2 Fornecer local adequado para realização da vacinação;

5.2.1.3 Oferecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa prestar os serviços dentro das especificações enumeradas neste Termo de Referência;

5.2.1.4 Informar a CONTRATADA o quantitativo de doses da vacina previsto para cada local especificado no Anexo I;

5.2.1.5 Fornecer a listagem nominal completa do público-alvo da Campanha de Vacinação Antigripal 2026 para o controle de doses aplicadas e coleta de assinatura;

5.2.1.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas formas estabelecidas no item 7 deste documento.

5.3 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

5.4 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

6 Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade:

6.1 O contrato será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, na figura da Diretora do Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento de Pessoas e da Coordenadora de Saúde;

6.2 Deverão acompanhar a prestação do serviço, na condição de fiscais setoriais:

6 . 2 . 1 Os Diretores de Administração Geral das comarcas de Entrância Especial;

6 . 2 . 2 Os Secretários de Direção do Foro das comarcas de Primeira e Segunda Entrâncias;

6.3 Caso a empresa contratada deixe de cumprir com as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, serão aplicadas, conforme a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:

6.3.1 Advertência;

6.3.2 Multa:

6.3.2.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da franquia mensal, quando deixar de cumprir a obrigação assumida no cronograma estabelecido no item 3 deste Termo de Referência;

6.3.2.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, por inexecução total ou parcial.

7 Critérios de medição e de pagamento:

7.1 O pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA ocorrerá:

7.1.1 Após a conclusão integral dos atendimentos estabelecidos no cronograma de vacinação;

7.1.2 Mediante a entrega e conferência dos relatórios especificados no item 5.1.1.16 deste Termo de Referência;

7.1.3 No valor total correspondente às doses efetivamente aplicadas, observada a conferência que trata o subitem anterior;

7.1.4 Em até 10 (dez) dias úteis, após o efetivo atestado de recebimento das Notas Fiscais (1º Grau e Apoio) pelos fiscais do contrato;

7.1.5 Findo o cronograma oficial de vacinação e havendo a necessidade de extensão do prazo para a aplicação das doses remanescentes, o pagamento dessas será efetuado após o término da campanha, que poderá ser prorrogado enquanto durarem os estoques, ou findo o prazo de validade das vacinas adquiridas, conforme o item 3.8. Também ocorrerá mediante a entrega e conferência dos relatórios, em até 10 (dez) dias úteis após o efetivo atestado de recebimento da Nota Fiscal pelos fiscais do contrato.

8 Forma e critérios de seleção do fornecedor:

8.1 A contratação deverá ser realizada mediante processo licitatório, na modalidade pregão;

8.2 No que tange ao disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014, cujo texto determina que para a aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$ 80.000,00, a administração pública deverá reservar cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, esta Secretaria se valerá das hipóteses de exceção à referida regra, dispostas no artigo subsequente. Tal decisão permeia-se na: a) possível perda de economia de escala, tendo em vista que a aquisição do objeto contratual de um único fornecedor poderá resultar em uma queda no custo médio das vacinas; b) na economia de tempo, considerando que o gerenciamento de apenas 01 contrato proporcionará maior controle na fiscalização e acompanhamento dos serviços executados; c) na inviabilidade de se disponibilizar número maior de servidores, na hipótese de dois contratos em curso, para a verificação do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes; d) na necessidade de minimizar os riscos relacionados a eventuais desconformidades que possam prejudicar a execução dos serviços contratados;

8.3 O critério de julgamento a ser adotado na aquisição pretendida deverá ser do tipo “menor preço”, uma vez que o fator preponderante para a escolha da proposta mais vantajosa dar-se á pelo menor valor ofertado, desde que atendidas as exigências do edital. Ademais, considerando que o objeto contratual não apresenta maiores complexidades técnicas, a escolha do critério menor preço permitirá um julgamento igualitário entre as propostas.

9 Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado:

9.1 Estima-se que o total investido para a aquisição de 4.000 (quatro mil) doses da vacina antigripal quadrivalente CEPA 2026 compreenderá o montante de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), tendo como base de cálculo o valor praticado pelas empresas contratada para a realização das Campanhas de Vacinação Antigripal 2024 e 2025- Contratos para Prestação de Serviços n.º 01.041/2024 e 01.038/2025, respectivamente.

10 Adequação orçamentária:

As despesas decorrentes da presente compra ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Plano Anual de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Código do item no PAC: SGP - 3 - 2026

Valor Estimado: R\$ 370.000,00

Classificação orçamentária: 33903009

Funcional Programática: 02.061.0003.2044.0013

11 Especificação do bem, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança:

11.1 Cada dose deverá conter, obrigatoriamente, as cepas recomendadas para a vacina quadrivalente 2025, conforme o disposto no artigo 2º, Anexo I, item I, I.1 e I.2 da Instrução Normativa Anvisa - IN nº 408, de 24 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2025, sendo:

11.1.1 Um vírus similar ao vírus influenza A/Missouri/11/25 (H1N1) pdm09;

11.1.2 Um vírus similar ao vírus influenza A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2);

11.1.3 Um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021(B/linhagem/Victoria);

11.1.4 Um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013(B/linhagemYamagata).

11.2 Apresentação: solução injetável;

11.3 Embalagem: cartucho com seringa preenchida, contendo uma dose de 0,5 ml.

11.4 Quantidade estimada: 4.000 (quatro mil) doses, sendo: 3.000 doses para o 1º Grau e 1.000 doses para o Apoio.

12 Indicação dos locais de entrega dos bens e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso:

12.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, para as vacinações que ocorrerem nos prédios do Centro Integrado de Justiça (Cijus), do Fórum da comarca de Campo Grande e da Secretaria do Tribunal de Justiça de MS, equipe composta por, no mínimo, 04 (quatro) pessoas, sendo: 01 volante para os gabinetes de juízes e desembargadores; 01 (um) funcionário para o preenchimento dos cartões de vacinação e 02 (dois) aplicadores das doses da vacina. Nos demais prédios do Judiciário e nas comarcas do interior do Estado, a equipe deverá estar composta por, no mínimo, 03 (três) pessoas, sendo: 02 (dois) aplicadores e 01 (um) funcionário para o preenchimento dos cartões de vacinação;

12.2 A vacinação dos juízes e desembargadores lotados no Fórum da comarca de Campo Grande, no Centro Integrado de Justiça (Cijus) e na Secretaria do Tribunal de Justiça deverá ocorrer nos respectivos Gabinetes, nos horários estabelecidos pelos magistrados, podendo compreender o período das 08 às 18 horas.

13 Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:

13.1 O objeto desta contratação, devidamente descrito no item 1 deste documento, não necessita de manutenção, assistência técnica ou garantia;

13.2 A apresentação da vacina deverá atender as recomendações e exigências da legislação vigente da ANVISA e da Norma Regulamentadora nº 32, aprovada pela Portaria MTE nº 485, de 11 de novembro de 2005, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2005; Portaria nº 939, de 18 de novembro de 2008, complementando e estabelecendo prazos para a implementação das solicitações/alterações da NR 32, referente ao uso de dispositivo de segurança individual; Portaria MTE nº 1.748, de 30 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 31.08.2011, que institui o “Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfuro cortantes” e altera a NR 32, que trata da segurança e saúde no trabalho em estabelecimento de saúde.

13.3 O início da vacinação deverá ocorrer, preferencialmente, até a primeira quinzena do mês de abril/2026, com término programado para até o final do mês de maio/2026, correspondendo, assim, ao período estabelecido pelo Ministério da Saúde. Na hipótese de doses remanescentes, o prazo de aplicação poderá ser prorrogado enquanto durarem os estoques, ou findo o prazo de validade das vacinas adquiridas;

13.4 A CONTRATADA deverá efetuar a troca dos produtos que não atenderem as especificações do objeto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da solicitação.

14 Anexos:

14.1 É parte integrante deste Termo de Referência os seguintes anexos:

14.1.1 Anexo I – Locais e endereços de vacinação;

14.1.2 Anexo II – Instrução Normativa Anvisa nº 408 de 24.11.25

Campo Grande, 30 de janeiro de 2026.

LUIS FERNANDO SIMÕES TOLENTINO

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Simoes Tolentino, Diretor**, em 30/01/2026, às 18:10, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tjms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0227371** e o código CRC **9278C84B**.

Referência: Processo nº 00030111-16.2025.8.12.9161

SEI nº 0227371



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Gestão de Pessoas

CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIGRIPIAL 2026

ANEXO I - LOCAIS E ENDEREÇOS DE VACINAÇÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	TELEFONES
Campo Grande - MS	
SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MS Avenida Mato Grosso, Bloco 13 – Parque dos Poderes – Cep: 79031-902	(67) 3314-1522 (67) 3314-1660
FÓRUM DE CAMPO GRANDE Rua da Paz, 14 - Cep: 79002-919	(67) 3317- 3418
CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA - CIJUS Rua Sete de Setembro, n. 174, Centro	(67) 3313-5115
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS Rua Raul Pires Baobosa, n. 1.503, Vila Manoel da Costa Lima. Cep: 79040-150	(67) 3317-3998
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - EJUD/MS Rua Raul Pires Baobosa, n. 1.519, Vila Manoel da Costa Lima. Cep: 79040-150	(67) 3314-1444
SECRETARIA DE BENS E SERVIÇOS Rua Delegado José Alfredo Hardman, s/n, Jardim Veraneio	(67) 3314-1561
3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - CASA DA MULHER Rua Brasília, s/n, Lote A, quadra 02, Jardim Imá.	(67) 3314-7601
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - JUSTIÇA ITINERANTE Rua Antônio Correa, n. 85, Vila Glória	(67) 3314-5503
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - TRÂNSITO Rua Antônio Correa, n. 85, Vila Glória	(67) 3314-8210
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	TELEFONES
Comarcas do interior do Estado	
ÁGUA CLARA Rua Francisco Vieira, 200 - Jd. Primavera - Cep: 79680-000	(67) 3239-1241
AMAMBAI Av. Pedro Manvailler, 4557 - Centro - Cep: 79990-000	(67) 3481-1905 (67) 3481-1763
ANASTÁCIO Rua Juscelino Kubiteschek, 1445 – Jardim América - Cep: 79210-000	(67) 3245-1415
ANAURILÂNDIA Rua Floriano Peixoto, 1001 - Centro - Cep: 79770-000	(67) 3445-1121
ANGÉLICA Av. Basílio de Lima, 258, Bairro Imperial - Cep: 79785-000	(67) 3446-1523
APARECIDA DO TABOADO Av. Orlando Mascarenhas Pereira, 2098 – Jardim Brandini - Cep: 79570-000	(67) 3565-1577
AQUIDAUANA Rua Nilza Ferraz Ribeiro, 391 - Vila Cidade Nova - Cep: 79200-000	(67) 3241-3763

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	TELEFONES
Comarcas do interior do Estado	
BANDEIRANTES Rua Pedro Celestino, 1460 - Centro - Cep: 79430-000	(67) 3261-1144
BATAYPORÃ Av. Brasil, 633 - Centro - Cep: 79760-000	(67) 3443-1270
BATAGUASSU Rua Rio Brilhante, 506 – Centro – Cep: 79780-000	(67) 3541-1285
BELA VISTA Rua Barão do Ladário, 1595 - Centro - Cep: 79260-000	(67) 3439-1353
BONITO Rua Clóvis Cintra, 1035 - Vila Donária - Cep: 79290-000	(67) 3255-1271
BRASILÂNDIA Av. Rua Juvenal Rezende e Silva ,375 – Vila izanópolis - Cep: 79542.056	(67) 3546-1205
CAARAPÓ Rua Dom Pedro II, 1700 - Vila Planalto - Cep: 79940-000	(67) 3453-1369
CAMAPUÃ Rua Ferreira da Cunha, 415 - Vila Diamantina - Cep 79420-000	(67) 3286-1204
CASSILÂNDIA Rua Juvenal Rezende e Silva, 375 – Vila Izanópolis - Cep: 79540-000	(67) 3596-1917
CHAPADÃO DO SUL Av. Mato Grosso do Sul, 311 – Parque União – Cep: 79560-000	(67) 3562-2616
CORONEL SAPUCAIA Rua Amâncio José da Silva, nº 1.866, CEP 79995-000	(67) 3483-3210
COSTA RICA Rua José Pereira da Silva, 405 – Jardim Santos Dumont - Cep: 79750-000	(67) 3247-1013 (67) 3247-1389
CORUMBÁ Rua 21 de Setembro nº 1633 - Cep: 79320-110	(67) 3907-5740
COXIM Av. General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto – Cep: 79400-000	(67) 3908-6121
DEODÁPOLIS Av. Francisco Alves da Silva, 103 - Cep: 79790-000	(67) 3448-1110
DOIS IRMÃOS DO BURITI Av. Reginaldo Lemes Silva, 763, Centro, Cep: 79215-000	(67) 3243-1080
DOURADOS Av. Presidente Vargas, 210 – Jardim América - Cep: 79804-030	(67) 3902-1720 (67) 3902-1721
ELDORADO R. Assis Chateaubriand, 1555 - Cep: 79970-000	(67) 3473-1121

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	TELEFONES
Comarcas do interior do Estado	
FÁTIMA DO SUL Rua Antônio Barbosa, 800 – Jardim Universitário - Cep: 79700-000	(67) 3467-1095 (67) 3467-1177
GLÓRIA DE DOURADOS Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº - Parque CEAD - Cep: 79730-000	(67) 3466-1473
IGUATEMI Rua Lenira Nogueira Lopes, 548 - Cep: 79960-000	(67) 3471-1112 (67) 3471-1150
INOCÊNCIA Av. Albertina Garcia Dias, 377 - Jardim Bom Jesus - Cep: 79583-026	(67) 3574-1280
ITAPORÁ Av. São José, 02 - Cep: 79890-000	(67) 3451-1560 (67) 3451-2392
ITAQUIRAÍ Av. Mato Grosso, 350 - Cep: 79965-000	(67) 3476-1947
IVINHEMA Av. Reinaldo Massi, 1854 - Centro - Cep: 79740-000	(67) 3442-1405
JARDIM Rua Cel. Stuck, 51 – Centro – Cep: 79240-000	(67) 3251-2045 (67) 3251-1003
MARACAJU Rua Luiz Porto Soares, 390 - Centro - Cep: 79150-000	(67) 3454-1611
MIRANDA Rua General Amaro Bitencourt, 875 - Cep: 79380-000	(67) 3242-1346 (67) 3242-1347
MUNDO NOVO Av. Campo Grande, 375 - Bairro Berneck - Cep: 79980-000	(67) 3474-1633
NAVIRAÍ Rua Higino Gomes Duarte, 155 - Centro - Cep: 79950-000	(67) 3924-4242
NIOAQUE Rua Cel. Juvêncio, s/n – Centro - Cep: 79220-000	(67) 3236-1200
NOVA ALVORADA DO SUL Rua Marcelino Risdén, 1040 – Jardim Eldorado - Cep: 79140-000	(67) 3456-1170
NOVA ANDRADINA Av. Alcides Menezes de Faria, 1137 - Centro - Cep: 79750-000	(67) 3441-1585 (67) 3441-1587
PARANAÍBA Av. Juca Pinhé, 270 – Jardim Santa Mônica - Cep: 79500-000	(67) 3668-1812 (67) 3668-4400
PEDRO GOMES Av. Diva Araújo Azambuja, 395 - Cep: 79410-000	(67) 3230-1254 (67) 3230-2649
PONTA PORÁ Rua Baltazar Saldanha, 1817 – Jardim Ipanema - Cep: 79900-202	(67) 3431-2441 (67) 3431-2501

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	TELEFONES
Comarcas do interior do Estado	
PORTO MURTINHO Rua Treze de Maio, 444 – Centro – Cep: 79280-000	(67) 3287-1355 (67) 3287-1259
RIBAS DO RIO PARDO Rua Waldemar Francisco da Silva, 1017 – Nossa Senhora da Conceição I - Cep: 79180-000	(67) 3238-1242
RIO BRILHANTE Rua Rio Brilhante, 1060 - Vila Maria - Cep: 79130-000	(67) 3452-7332
RIO NEGRO Av. 9 de Maio, 305 - Centro - Cep: 79470-000	(67) 3278-1270
RIO VERDE DE MATO GROSSO Av. Eurico Sebastião Ferreira, 640 – Centro – Cep: 79480-000	(67) 3292-1295
SÃO GABRIEL DO OESTE Av. São Francisco, 550 – Centro – Cep: 79490-000	(67) 3295-1110
SETE QUEDAS Rua Rui Barbosa, 780 - Centro - Cep: 79935-000	(67) 3479-1213
SIDROLÂNDIA Rua Targino de Souza Barbosa, 855 – Cep:79170-000	(67) 3272-1407 (67) 3272-6539
SONORA Rua Três de Junho, 90 - Centro - Cep: 79415-000	(67) 3254-1126
TERENOS Rua Pedro Celestino, s/n - Centro - Cep: 79190-000	(67) 3246-7445
TRÊS LAGOAS Rua Zuleide Peres Tabox, 1109 - Vila Nova - Cep: 79601-100	(67) 3907-5740

MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA
INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 408, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a composição das vacinas influenza sazonais a serem utilizadas no Brasil.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 187, inciso VII e § 1º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de novembro de 2025, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º A composição das vacinas influenza sazonais a serem utilizadas no Brasil, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA nº 616, de 09 de março de 2022, ou outra que vier a lhe suceder, deverá estar em conformidade com o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º As vacinas influenza sazonais que observam as recomendações da Organização Mundial da Saúde para o hemisfério sul deverão seguir, obrigatoriamente, as composições indicadas no Anexo I desta Instrução Normativa para que possam ser comercializadas ou utilizadas no Brasil.

Art. 3º. As vacinas influenza que observam as recomendações da Organização Mundial da Saúde para o hemisfério norte e que, nos termos do art. 2º-A da Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 616, de 09 de março de 2022, serão utilizadas no Brasil exclusivamente nos programas de vacinação do Ministério da Saúde a fim de atender situações epidemiológicas específicas, estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunização, deverão seguir, obrigatoriamente, as composições indicadas no Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa ANVISA nº 359, de 17 de abril 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 75, de 22 de abril de 2024, Seção 1, pág. 67.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Diretor-Presidente

ANEXO I

Composição das vacinas Influenza sazonais para o hemisfério sul na temporada 2026

I. A partir de 1º fevereiro de 2026, as vacinas influenza sazonais de que trata o art. 2º desta Instrução Normativa deverão conter, obrigatoriamente:

I.1. em se tratando de vacinas trivalentes, três tipos de cepas de vírus em combinação, sendo:

- a) um vírus similar ao vírus influenza A/Missouri/11/2025 (H1N1)pdm09;
- b) um vírus similar ao vírus influenza A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2); e
- c) um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021 (B/linhagem Victoria).

I.2. em se tratando de vacinas quadrivalentes contendo dois tipos de cepas do vírus influenza B, o vírus adicional à composição descrita no item I.1 deste Anexo deve ser similar ao B/Phuket/3073/2013 (B/linhagem Yamagata).

I.3. Para vacinas não baseadas em ovos, ou seja, obtidas de cultura celular, proteínas recombinantes ou baseadas em ácidos nucleicos, a cepa do vírus A (H1N1)pdm09 deve ser um vírus similar ao A/Missouri/11/2025, a cepa A (H3N2) deve ser um vírus similar ao vírus A/Sydney/1359/2024, e a cepa B/linhagem Victoria deve ser um vírus similar ao vírus B/Austria/1359417/2021.

II. As vacinas influenza a que se refere este Anexo deverão conter em sua rotulagem a frase "CEPAS 2026 HEMISFÉRIO SUL".

ANEXO II

Composição das vacinas Influenza sazonais para o hemisfério norte na temporada 2025-2026

I. A partir de 1º de agosto de 2025, as vacinas influenza sazonais de que trata o art. 3º desta Instrução Normativa deverão conter, obrigatoriamente:

I.1. em se tratando de vacinas trivalentes, três tipos de cepas de vírus em combinação, sendo:

- a) um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/4897/2022 (H1N1)pdm09;
- b) um vírus similar ao vírus influenza A/Croatia/10136RV/2023 (H3N2); e
- c) um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021 (B/linhagem Victoria).

I.2 em se tratando de vacinas quadrivalentes contendo dois tipos de cepas do vírus influenza B, o vírus adicional à composição descrita no item I.1 deste Anexo deve ser similar ao B/Phuket/3073/2013 (B/linhagem Yamagata).

I.3. Para vacinas não baseadas em ovos, ou seja, obtidas de cultura celular ou recombinantes, a cepa do vírus A (H1N1)pdm09 deve ser um vírus similar ao A/Wisconsin/67/2022, a cepa A (H3N2) deve ser um vírus similar ao vírus A/District of Columbia/27/2023, e a cepa B/linhagem Yamagata deve ser um vírus similar ao B/Phuket/3073/2013.

II. As vacinas influenza a que se refere este Anexo deverão conter em sua rotulagem a frase "CEPAS 2025-2026 HEMISFÉRIO NORTE".

PUB D.O.U., 25/11/2025 - Seção 1

Este texto não substitui a Publicação Oficial.